

TRANSPARÊNCIA E ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO – PR NO ANO DE 2021

TRANSPARENCY AND ACCESS TO ACCOUNTING INFORMATION IN THE MUNICIPALITIES OF THE REGION OF CORNELIO PROCÓPIO - PR IN THE YEAR 2021

TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN CONTABLE EN LOS MUNICIPIOS DE LA REGIÓN DE CORNELIO PROCÓPIO - PR EN EL AÑO 2021

Daniele de Arruda Tasca¹
Rogério Mendonça Martins²
José Antônio Marcelino³

RESUMO: Esse artigo buscou verificar o desempenho da divulgação das informações contábeis geradas pela Contabilidade Pública dos municípios da região de Cornélio Procópio, no ano de 2021. Para tanto, verificou-se os meios eletrônicos, realizados pelos administradores públicos das prefeituras pesquisadas, para buscar as informações. Este estudo é de suma importância, pois cada vez mais entes públicos estão sendo cobrados pelo governo federal e tribunais de contas, para prestar contas das suas informações em portais da transparência. Foram utilizadas para a elaboração deste artigo, a pesquisa bibliográfica, para a revisão bibliográfica que foi feita através de teorias de alguns autores; a coleta de dados para analisar, buscar informações e investigar o desempenho em relação a transparência das informações contábeis nos municípios estudados. A partir da realização deste estudo, conclui-se que existe a necessidade de aperfeiçoamento por parte de alguns poucos municípios, pois nem todos ainda possuem todas as informações publicadas em portais eletrônicos. Em compensação, o resultado foi um tanto satisfatório, pois foi possível ponderar que a maioria deles estão cumprindo as exigências com eficiência.

4040

Palavras-chave: Contabilidade Pública. Portal da Transparência. Informação Contábil.

ABSTRACT: This article sought to verify the performance of the disclosure of the accounting information generated by the Public Accounting of the municipalities in the region of Cornélio Procópio, in the year 2021. . This study is of paramount importance, as more and more public entities are being charged by the federal government and courts of accounts, to account for their information on transparency portals. Were used for the elaboration of this article, the bibliographical research, for the bibliographical revision that was made through theories of some authors; the collection of data to analyze, search for information and investigate the performance in relation to the transparency of accounting information in the municipalities studied. From this study, it is concluded that there is a need for improvement on the part of a few municipalities, as not all of them still have all the information published on electronic portals. On the other hand, the result was somewhat satisfactory, as it was possible to consider that most of them are meeting the requirements efficiently. services of the brand that over the years struggles to survive the current economic situations of the country.

Keywords: Public Accounting. Transparency Portal. Accounting Information.

¹Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

² Doutor em Agronomia (Energia na Agricultura) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

³ Doutor em Educação, Universidad SEK (USEK-Chile). Docente da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP).

RESUMEN: Este artículo buscó verificar el desempeño de la divulgación de las informaciones contables generadas por la Contaduría Pública de los municipios de la región de Cornélio Procópio, en el año 2021. . Este estudio es de suma importancia, ya que cada vez más entidades públicas están siendo cobradas por el gobierno federal y los tribunales de cuentas, para dar cuenta de su información en los portales de transparencia. Se utilizaron para la elaboración de este artículo, la investigación bibliográfica, para la revisión bibliográfica que se hizo a través de teorías de algunos autores; la recolección de datos para analizar, buscar información e investigar el desempeño en relación a la transparencia de la información contable en los municipios estudiados. De este estudio se concluye que existe una necesidad de mejora por parte de algunos municipios, ya que no todos cuentan aún con toda la información publicada en los portales electrónicos. Por otro lado, el resultado fue algo satisfactorio, ya que se pudo considerar que la mayoría de ellos están cumpliendo con los requisitos de manera eficiente.

Palabras clave: Contabilidad pública. Portal de la Transparencia. Información de cuenta.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem o objetivo de averiguar o desempenho de divulgação das informações contábeis geradas pela Contabilidade Pública, das prefeituras da região de Cornélio Procópio, nos seus respectivos portais eletrônicos. Verificando os meios eletrônicos, realizados por administradores públicos nos municípios estudados, acerca dos demonstrativos contábeis. Nesta perspectiva, busca-se verificar o cumprimento das disposições legais referentes à transparência das prestações de contas e relatórios.

A transparência e o acesso às informações públicas são alguns dos pilares fundamentais de um governo aberto à participação social. (GAMA e RODRIGUES, 2016, p. 2). No entanto, a Constituição Federal de 1988, assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral. Ainda na Constituição é prevista, que a administração pública direta e indireta de todos os poderes dos entes da federação a seguir o princípio da publicidade, que segundo o § 1º do artigo 37, a publicidade é mais do que a mera divulgação das informações, elas precisam ter característica educativa, informativa e de orientação social. (BRASIL, 1988).

Além desta lei maior, temos também a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), que trata das teorias da transparência pública, com relação às informações contábeis, financeiras e orçamentárias, e a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Cada vez mais os entes públicos estão sendo cobrados pelo governo federal e pelos tribunais de contas, para prestar contas das suas informações nos Portais da Transparência. Isso

tudo para tentar tornar essas contas mais transparentes. Diante destas exigências os gestores e contadores públicos devem apresentar aos cidadãos não apenas dados, mas sim informações que levem a compreensão do que está sendo implementado pelo poder público.

Magalhães (1996, apud Lock 2003), considera a obrigação de o gestor público realizar a publicação dos relatórios de prestação de contas, para que este se responsabilize sobre a utilização dos recursos, perante a sociedade, de forma democrática.

A presente pesquisa se justifica pela importância da divulgação das informações públicas nos meios eletrônicos, tais como as demonstrações contábeis, para assim estimular os interesses dos cidadãos. Além da importância, é uma obrigação a prestação de contas à sociedade. Neste contexto, a divulgação dos resultados das políticas públicas, transmitem credibilidade, consistência, confiabilidade e agilidade.

A pesquisa justifica-se também para incentivar pesquisas posteriores a este trabalho, na área da contabilidade pública, aplicando conhecimentos de estudiosos e autores deste campo de conhecimento. Com estes estudos é possível aprimorar a prática sobre a transparência dos documentos contábeis em todas as esferas públicas, sejam elas diretas e ou indiretas, no federal, estados e municípios.

MÉTODOS

O presente artigo apresenta os resultados de uma análise do grau de divulgação das informações contábeis nos municípios da região de Cornélio Procópio, realizados no ano de 2021, na busca dos sites das prefeituras e seus respectivos portais eletrônicos.

Para Barros e Lehfeld (2000, p. 1), “partindo da definição etimológica do termo, temos que a palavra Metodologia vem do grego *meta* que significa ao largo; *odos*, caminho; *logos*, discurso, estudo”.

Sendo assim, Barros e Lehfeld (2000) afirmam que a metodologia baseia-se em estudar os meios disponíveis para identificar problemas e as suas implicações, além de examinar e avaliar as técnicas para a pesquisa, assim como conceber ou investigar novas maneiras que levem ao processamento de informações e à resolução dos problemas encontrados.

Para Barros e Lehfeld (2000), a pesquisa é uma maneira utilizada para descobrir e conhecer algo, constituindo-se de ações para a realização de questionamentos e indagações, sendo a busca de resultados para um determinado problema.

Para Barros e Lehfeld (2000), pesquisa bibliográfica é a maneira de tentar solucionar um problema e adquirir informações através de material gráfico, sonoro ou informatizado, e que para realizar uma pesquisa bibliográfica, é crucial que se faça uma investigação sobre os temas já trabalhados por outros pesquisadores e escritores, selecionando os conceitos, buscando-os em bibliotecas, internet, editoras etc.

Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é composta por livros, teses, revistas, CDs, materiais disponíveis na internet e por diversos materiais que já foram publicados. Ele define a vantagem da pesquisa bibliográfica como:

Permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. (GIL 2010, p. 30).

Prodanov e Freitas (2013, p. 97) definem a coleta de dados como:

[...] a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade. Nessa etapa, definimos onde e como será realizada a pesquisa. Será definido o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretendemos tabular e analisar seus dados. É a fase da pesquisa em que reunimos dados através de técnicas específicas.

Nas palavras de Barros e Lehfeld (2000), a coleta de dados se traduz em uma etapa de investigação para então conseguir os dados e informações necessárias. E deverá, portanto, empregar o uso de técnicas adequadas ao tipo de investigação, ou informação que se deseja adquirir. Neste estudo a coleta de dados será realizada através dos portais eletrônicos, nos sites das prefeituras pesquisadas.

Os municípios aos quais serão acessados os seus respectivos portais eletrônicos são: Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Itambaracá, Leópolis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso e Sertaneja.

A coleta de dados será realizada através do acesso a todos os portais eletrônicos e sites dos municípios citados acima, dos quais serão analisados.

Foram utilizadas para a elaboração deste artigo, a pesquisa bibliográfica, para a revisão bibliográfica que foi feita através de teorias de alguns autores; a coleta de dados para analisar, buscar informações e investigar o grau de transparência das informações contábeis nos municípios estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Contabilidade Pública

Segundo Alves (2017), a Contabilidade Pública visa estudar, dirigir, monitorar e evidenciar as organizações públicas, tratando do patrimônio público e suas transformações. Esta contabilidade é executada na Administração Pública, englobando os poderes da União, Estados e Municípios, nas entidades de administração direta e indireta.

Para Alves (2017, p.13-14):

O serviço público é entendido como o conjunto das ações e bens aplicados ou dispostos à população em geral com a finalidade de oferecer bem-estar social. Ou seja, é o arranjo de forma ampla de bens particulares, e não do total de bens individuais, como ocorre no liberalismo. O estado possui por finalidade harmonizar suas ações para oportunizar e atender à bonança pública.

Resumindo, o serviço público é toda ação que objetiva atender às necessidades da população em geral. Em diversos serviços, como saúde, educação, segurança pública, assistência social, entre outros.

A contabilidade surgiu no Brasil em 1808, por D. João VI, quando este emitiu um alvará, obrigando os contadores da Real Fazenda a praticar as partidas dobradas na escrituração mercantil. (ALVES, 2017).

Em julho de 1940, foi criado um Decreto Lei, que estabeleceu a contabilidade para estados e municípios, de nº 2416. A partir desta data, os órgãos públicos das esferas estaduais e municipais, passaram a ser obrigados a elaborar e aplicar os balanços e orçamentos de forma padronizada.

Como sabemos a Ciência Contábil possui diversas áreas. Dentre elas a Contabilidade Pública, onde destaca-se algumas particularidades importantes, segundo Alves (2017):

- O embasamento nos princípios da contabilidade;
- A compreensão dos métodos da escrituração dos fatos contábeis utilizando a técnica das partidas dobradas;
- Os métodos de verificação de inventário;
- Os critérios para desenvolver balanços e demonstrativos exigidos na contabilidade.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para Fuji e Slomski (2003, apud Franco et al., 2013), a função das demonstrações contábeis é fornecer aos seus usuários, informações com confiabilidade, retratando a realidade econômica das empresas, para que se possa tomar decisões.

Na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 70, estabelece uma normativa de prestação de contas por parte dos poderes públicos, para que se possa verificar o cumprimento do dever público para com o povo, relativamente à prestação de serviços públicos. Segue a citação do artigo referido:

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Para Koppell (2005, apud Franco et al., 2013), a transparência objetiva a prestação de contas, enquanto que a prestação de contas é o conceito central do setor público. O mesmo autor refere cinco tipos de responsabilidade no ato de prestar contas: a transparência, a responsabilidade pessoal, a controlabilidade, a responsabilidade institucional e a capacidade de efetivar resultados à sociedade.

Diante da relevância da Prestação de Contas sobre as informações contábeis das prefeituras, enfatiza-se a responsabilidade do gestor em prestar contas, o seu compromisso com os resultados esperados. No próximo capítulo é abordado sobre a Publicidade e Transparência, assunto que visa divulgar as informações aos cidadãos.

4045

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

A Constituição Federal de 1998, estabelece no artigo 37 os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que devem ser observados pela administração pública direta e indireta no desempenho de suas funções.

Destes princípios, destacamos o da publicidade, que conforme cita o §1º:

A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988).

Temos também evidenciado o conceito de publicidade na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar, nº 101, de 4 de maio de 2000, no artigo 48, que ressalta:

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos. (BRASIL, 2000).

Outra lei que reforçou e trouxe maior abrangência foi a Lei Complementar Federal nº 131/2009, de 27 de maio de 2009, que amplia o conceito de transparência das demonstrações contábeis de publicidade obrigatória ao setor público, e definiu que a transparência deve ser assegurada mediante a participação popular em audiências públicas, a disponibilidades de informações sobre a administração financeira.

DIVULGAÇÃO NOS MEIOS ELETRÔNICOS

Hoje em dia podemos ter acesso a um enorme volume de informações por meio da internet. Esta facilita a nossa vida em relação a comunicação e para obter informações dos mais diversos setores.

Platt Neto et al. (2007, p.89 apud Franco, 2013) diz que a publicidade e transparência de contas públicas que a internet ainda é subutilizada para fins de divulgação dos resultados das prestações de contas. Ainda cita que é mais que uma exigência legal, é uma opção de política de gestão.

Como forma de fortalecer a comunicação entre cidadão e governo, pesquisadores tem-se reunido em fóruns nacionais, destacando o Congresso de Informática Pública realizado pelo Instituto Conhecimento, Inovação e Práticas de TI na Gestão Pública (CONIP, 2008), para identificação de melhorias na modernização do serviço público, gestão administrativa e finanças públicas. Franco (2013).

O meio eletrônico, no caso as páginas eletrônicas (site) das prefeituras estudadas, torna-se de suma importância para a disponibilização das informações e dados contábeis, dados das contas públicas, orçamentos, entre outros.

O primeiro passo foi verificar a existência de sites e portais eletrônicos das prefeituras, o que foi confirmado que todos os municípios estudados e pesquisados possuem portais eletrônicos.

Posteriormente, foram verificados a disponibilização das informações contábeis referentes a 17 itens, que são: Site Oficial, Portal da Transparência, Empenhos das Despesas, Liquidações das Despesas, Notas Fiscais, Pagamentos das Despesas, Receitas Arrecadadas,

Demonstrações Contábeis, Balanço Financeiro, Despesas de Pessoal e com Diárias, RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal), Leis Orçamentárias (Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) e repasses e/ou transferências.

O quadro abaixo apresenta a porcentagem de informações que foram ou não publicadas nos portais eletrônicos de cada prefeitura estudada.

Informações do ano de 2021 publicadas no Portal da Transparência		
Município	SIM	NÃO
Leópolis	100%	0%
Ribeirão do Pinhal	100%	0%
Santa Amélia	100%	0%
Santa Mariana	100%	0%
Santo Antônio do Paraíso	100%	0%
Sertaneja	100%	0%
Abatiá	94%	6%
Andirá	94%	6%
Itambaracá	94%	6%
Bandeirantes	76%	24%
Cornélio Procópio	76%	24%
Nova Fátima	76%	24%
Nova América da Colina	65%	35%
Congonhinhas	35%	65%

Fonte: Autores, 2022.

Através dos dados coletados podemos perceber que dos 14 municípios pesquisados, que apenas 6 apresentam em seus sites todos os itens pesquisados, referentes ao ano de 2021. Outros 3 municípios apresentaram 94% de informações publicadas, 4 deles com informações entre 60% e 80%, e apenas 1 município com uma porcentagem baixa de desempenho nas publicações nos portais referentes aos itens pesquisados.

Os municípios de Leópolis, Ribeirão do Pinhal, Santa Amélia, Santa Mariana, Santo Antônio do Paraíso e Sertaneja merecem ser destacados, pois atingiram um desempenho de

100%, onde foram verificadas as publicações de todas as informações contábeis nos seus sites. Ressalta-se que os outros municípios também tem um bom desempenho, com exceção de um que precisa se desempenhar mais nesse quesito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O andamento deste artigo foi de suma importância para aprimorar os conhecimentos em relação a contabilidade pública, analisando e apresentando dados captados nos sites de todas as prefeituras estudadas. A pesquisa fundamentou-se em referenciais teóricos e coleta de dados.

A proposta foi de avaliar o nível e desempenho dos dados apresentados no ano de 2021, dos municípios. Contudo, verificaram-se as oportunidades de melhorar o desempenho da publicação das informações contábeis relativas às exigências das leis em relação à transparência dos municípios, àqueles que não apresentaram.

Dessa forma, contata-se a necessidade de aperfeiçoamento por parte dos municípios que ainda não possuem todas essas informações contábeis divulgadas em seus portais eletrônicos. Apesar de que o resultado foi satisfatório, pois conclui-se que a maioria dos municípios estão cumprindo as exigências legais em relação à transparência pública das informações contábeis.

No entanto, é necessário que os municípios que ainda não cumprem essas exigências legais em 100% dos casos, que priorizem uma forma de realizar a divulgação das informações contábeis em seus portais. Uma maneira de aderirem a essa ferramenta de publicação é acompanhar as leis e normativos relacionados ao Portal da Transparência.

Isso faz com que os municípios fiquem unidos a população, pois esta tem o direito de ter acesso com que o órgão público de seu interesse está utilizando os recursos financeiros. E ainda atende a necessidade do povo de acessar informações necessárias.

Conclui-se que existe a necessidade de aprimoramento da transparência pública nos órgãos públicos, e sugere-se que as prefeituras sigam a legislação conforme orienta os tribunais de contas. Conclui-se também que os objetivos deste artigo foram atingidos, no tocante a identificar o nível de transparência públicas das prefeituras.

Baseando-se nos dados obtidos através da metodologia aplicada, e utilizando também o entendimento obtido através do embasamento teórico, a pesquisa pode colaborar e servir de base para outras pesquisas que venham a ser realizadas dentro de órgãos públicos com as mesmas características dos itens estudados neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABATIÁ (Cidade). Site da Prefeitura de Abatiá. Abatiá: 2022. Disponível em: <<http://www.abatia.pr.gov.br/>>. Acessado em: 7 set. 2022.

ALVES, Aline. **Contabilidade Pública Avançada**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.

ANDIRÁ (Cidade). Site da Prefeitura de Andirá. Andirá: 2022. Disponível em: <<http://andira.pr.gov.br/>>. Acessado em: 7 set. 2022.

BANDEIRANTES (Cidade). Site da Prefeitura de Bandeirantes. Bandeirantes: 2022. Disponível em: <<https://www.bandeirantes.pr.gov.br/>>. Acessado em: 7 set. 2022.

BARROS, Aidil J. S.; LEHFELD, Neide Aparecida de S.. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm >. Acesso em: 28 mai. 2022.

_____. Decreto – Lei nº 2.416, 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del2416.htm>. Acesso em: 27 mai. 2022.

_____. Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009. Determina a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm>. Acesso em: 27 mai. 2022.

_____. Lei Complementar nº 101, 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Distrito Federal, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm >. Acesso em: 28 mai. 2022.

_____. Lei nº 12.527, 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 27: mai. 2022.

CONGONHINHAS (Cidade). Site da Prefeitura de Congonhinhas. Congonhinhas: 2022. Disponível em: <<http://www.congonhinhas.pr.gov.br/>>. Acessado em: 7 set. 2022.

CORNÉLIO PROCÓPIO (Cidade). Site da Prefeitura de Cornélio Procópio. Cornélio Procópio: 2022. Disponível em: <<http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br/portal/index.php>>. Acessado em: 7 set. 2022.

CR₂ TRANSPARÊNCIA PÚBLICA. **MANUAL COMPLETO para manter o Portal da Transparência 100% atualizado**. CR₂: 2022. Disponível em: <<https://pages.cr2.co/ebook-manual-do-portal-da-transparencia>>. Acessado em ago. 2022.

FRANCO, Luciane Maria Gonçalves et al. **Nível de Divulgação Eletrônica da Contabilidade Pública dos Municípios do Paraná no Ambiente da Internet**. Revista de Ciências da Administração, Curitiba, ano 2014, v. 16, n. 38, p. 140-153, 4 out. 2013.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. **Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras**. ORIGINAL, Campinas -Sp, ano 2015, n. 28, ed. 1, p. 47-57, 20 maio 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ITAMBARACÁ (Cidade). Site da Prefeitura de Itambaracá. Itambaracá: 2022. Disponível em:<<http://itambaraca.pr.gov.br/>>. Acessado em: 7 set. 2022.

LEÓPOLIS (Cidade). Site da Prefeitura de Leopólis. Leopólis: 2022. Disponível em: <<http://www.leopolis.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

LOCK, Fernando do Nascimento. **Transparência da Gestão Municipal Através da Informações Contábeis divulgadas na Internet**. 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

4050

NOVA AMÉRICA DA COLINA (Cidade). Site da Prefeitura de Nova América da Colina. Nova América da Colina: 2022. Disponível em: <<http://www.novaamericadacolina.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

NOVA FÁTIMA. (Cidade) Site da Prefeitura de Nova Fátima. Nova Fátima: 2022. Disponível em <<https://www.novafatima.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do-4d5b-b1ad-8f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14do-4d5b-b1ad-8f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho)>. Acesso em: 28 mai. 2022.

RIBEIRÃO DO PINHAL (Cidade). Site da Prefeitura de Ribeirão do Pinhal. Ribeirão do Pinhal: 2022. Disponível em<<https://www.ribeiraodopinhal.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

SANTA AMÉLIA (Cidade). Site da Prefeitura de Santa Amélia. Santa Amélia: 2022. Disponível em <<https://santaamelia.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

SANTA MARIANA (Cidade). Site da Prefeitura de Santa Mariana. Santa Mariana: 2022. Disponível em<<http://www.santamariana.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO (Cidade). Site da Prefeitura de Santo Antônio do Paraíso. Santo Antônio do Paraíso: 2022. Disponível em: <<https://www.pmsantoantonioparaíso.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.

SERTANEJA (Cidade). Site da Prefeitura de Sertaneja. Sertaneja: 2022. Disponível em: <<http://www.sertaneja.pr.gov.br/>>. Acessado em: 12 out. 2022.